



**PARECER ÚNICO Nº 1387541/2017 (SIAM)**

<b>INDEXADO AO PROCESSO:</b> Licenciamento Ambiental	<b>PA COPAM:</b> 19424/2011/003/2017	<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b> Licença de Operação em Caráter Corretivo – LOC – “Ampliação”	<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 10 anos	

<b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:</b>	<b>PA COPAM:</b>	<b>SITUAÇÃO:</b>
Outorga	26973/2017	Sugestão pelo deferimento
Autorização Ambiental de Funcionamento	19424/2011/002/2016	Autorização concedida

<b>EMPREENDEDOR:</b>	Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.	<b>CNPJ:</b>	14.190.675/0002-36
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.	<b>CNPJ:</b>	14.190.675/0002-36
<b>MUNICÍPIO:</b>	Varginha – MG	<b>ZONA:</b>	Urbana
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):</b> WGS 84	<b>LAT/Y</b> 21°37'56.6"S	<b>LONG/X</b>	45°25'26.9"O
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b>			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio Grande		<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio Verde	
<b>UPGRH:</b> GD4		<b>SUB-BACIA:</b>	
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):</b>	<b>CLASSE</b>	
G-04-01-4	Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação	3	
F-02-06-2	Base de armazenamento e distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP	1	
<b>CONSULTORIA / RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Engenheiro Agrônomo Bernardo Martins Scarpelli		<b>REGISTRO:</b> CREA: RNP 1401967345	
<b>RELATÓRIO DE VISTORIA:</b> 130815/2017		<b>DATA:</b> 05/12/2017	

<b>EQUIPE INTERDISCIPLINAR</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Wagner Massote Magalhães – Gestor Ambiental	1.403.485-4	
Frederico Augusto Massote Bonifácio – Gestor Ambiental	1.364.259-0	
De acordo: Cezar Augusto Fonseca e Cruz – Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.147.680-1	
De acordo: Anderson Ramiro de Siqueira – Diretor Regional de Controle Processual	1.051.539-3	



## 1. Introdução

O empreendimento Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda., localizado na zona urbana do município de Varginha-MG, solicitou regularização ambiental através do processo de Licença de Operação em Caráter Corretivo nº 19424/2011/003/2017 em 21/11/2017. Conforme a Deliberação Normativa COPAM nº. 74/2004, as atividades do empreendimento possuem a seguinte classificação:

**Tabela 01:** Processos e atividade do empreendimento Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda. a serem regularizadas, potencial poluidor, porte e classe conforme DN COPAM 74/04.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PROCESSO	QUANT. - UN.	POT. POL.	PORTE	CLASSE
G-04-01-4	Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação.	LOC "Ampliação" 19424/2011/003/2017	5.880t/mês	M	M	3
F-02-06-2	Base de armazenamento e distribuição de gás liquefeito de petróleo – GLP.	LOC "Ampliação" 19424/2011/003/2017	4,0m³	M	P	1
G-04-01-4	Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação.	AAF 9424/2011/002/2017	4.920t/mês	M	P	1
G-04-03-0	Armazenagem de grãos ou sementes não-associada a outras atividades listadas.	AAF 9424/2011/002/2017	48.000t	P	Inferior	NP

Em 05/12/2017, foi realizada vistoria técnica ao empreendimento para subsidiar a análise do processo supracitado, evidenciado no Auto de Fiscalização nº 130815/2017.

Foi lavrado o Auto de Infração nº 97906/2017, em 11/12/2017 por operar a ampliação empreendimento sem a devida regularização ambiental.

Ressalta-se que as recomendações técnicas para a implementação das medidas mitigadoras e demais informações técnicas e legais foram apresentadas nos estudos. Quando as mesmas forem sugeridas pela equipe técnica interdisciplinar ficará explícito no parecer: "**A SUPRAM Sul de Minas recomenda/determina**".

A implementação das medidas mitigadoras e o funcionamento e monitoramento das mesmas são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou do responsável técnico pelo empreendimento.

## 2. Caracterização do Empreendimento

O empreendimento Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda. está localizado no Distrito Industrial Cláudio Galvão Nogueira de Varginha-MG, à Avenida Aprígio Tavares de Souza, 825. No entorno do empreendimento, existem outros empreendimentos industriais, armazéns, propriedades rurais e loteamentos. Sua localização pode ser observada na Figura 1.

A operação do empreendimento encontrava-se regularizada através da AAF nº 1480/2016, válida até 16/03/2020, porém houve ampliação da capacidade de beneficiamento de 4.920t/mês para 10.800t/mês. Apresenta como atividades principais a armazenagem e beneficiamento de café.



A capacidade atual do empreendimento é de 48.000 tonelada de café armazenado e beneficiamento de 10.800ton/mês itens em estoque, contando com uma área total de 78.547m<sup>2</sup> e área construída de 70.321m<sup>2</sup>, onde trabalham 200 colaboradores, sendo 100 funcionários diretos, 50 diaristas do sindicato e 50 motoristas externos.

A energia elétrica utilizada no empreendimento é fornecida pela CEMIG, com consumo médio mensal de 100.000 kW/h.



**Figura 1.:** Localização do empreendimento em relação à cidade de Varginha-MG.

Há um refeitório no empreendimento, porém sem preparação de alimentos, sendo que estes são fornecidos por empresa terceirizada. Há uma área para pequenas manutenções de máquinas, com piso impermeável, canaletas direcionadoras e caixa SAO. O empreendimento conta ainda com base para armazenamento de GLP com dois tanques, num total de 4m<sup>3</sup> e 10 cilindros para utilização nas empilhadeiras.

O recebimento do café pode se dar a granel, em “*big bags*” ou sacaria. A Figura 2 apresenta o fluxograma do processo produtivo do empreendimento:

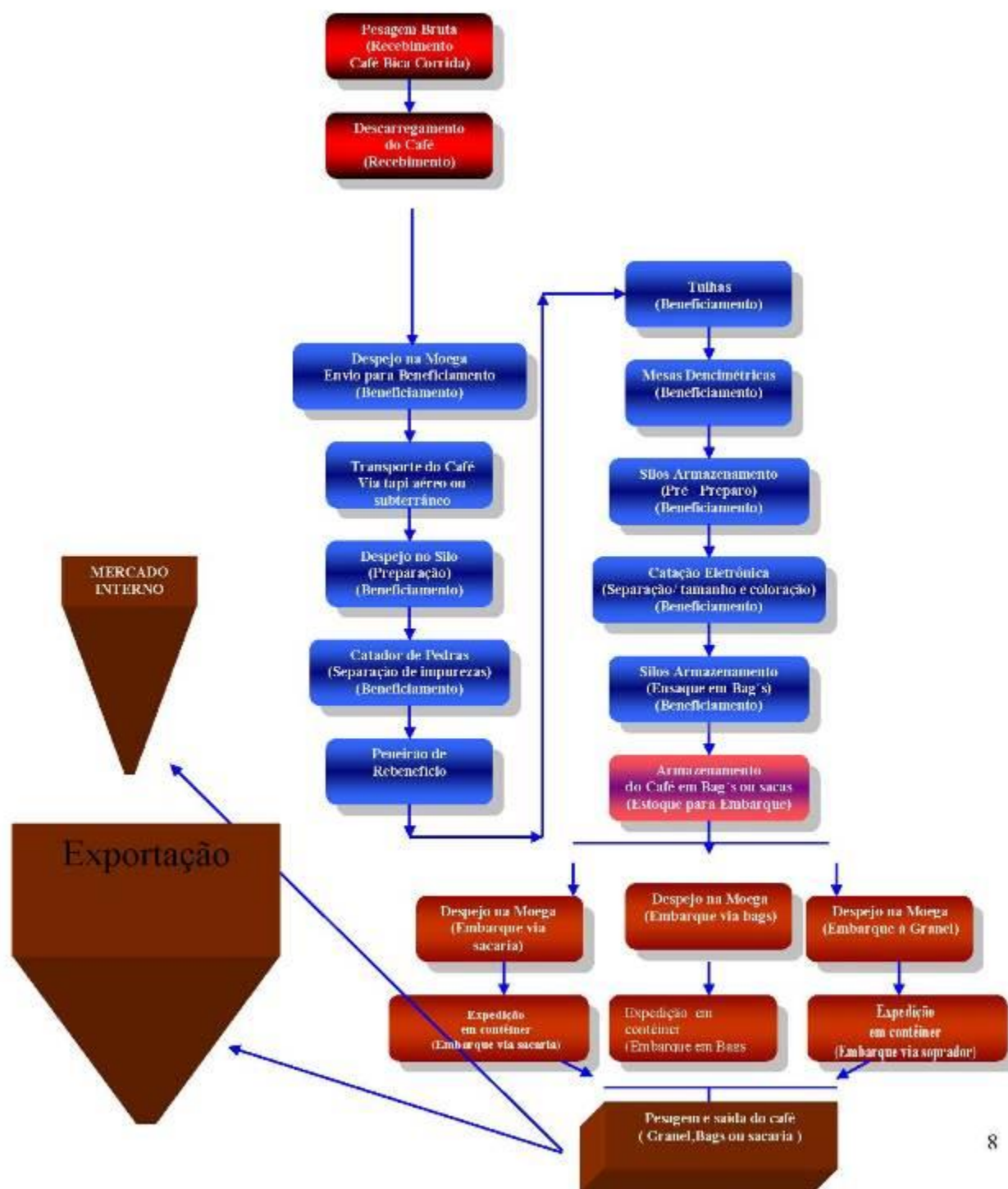


Figura 2.: Fluxograma do processo produtivo do empreendimento. Fonte: estudos apresentados.

### 3. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos





O empreendimento possui uma demanda de 16,1m³/dia, sendo 12,5m³/dia para consumo humano e 3,1m³/dia para lavagem de áreas e paisagismo. Esta demanda é suprida, em parte pela COPASA, com consumo aproximado de 3,1m³/dia e o restante de 13,0m³/dia por um poço tubular outorgado, que se encontra em processo de retificação de portaria vinculado a este processo de LOC.

#### 4. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Não é objeto do presente parecer autorizar qualquer tipo de intervenção em área de preservação permanente ou supressão de vegetação nativa.

#### 5. Reserva Legal

O empreendimento está localizado em área urbana não necessitando, portanto, de Reserva Legal.

#### 6. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

- **Efluentes líquidos:** O empreendimento gera efluente impregnado com óleo no local destinado a pequenas manutenções com uma taxa média de geração de 0,6m³/dia e efluentes sanitários com uma taxa média de 12,0m³/dia.

**Medidas mitigadoras:** No local onde são realizadas as manutenções mecânicas, o piso é impermeabilizado e há canaletas que direcionam o efluente a uma caixa SAO e, após sua passagem seguem para ETE. Os resíduos oleosos são destinados a empresa devidamente regularizada ambientalmente para este fim. Os efluentes sanitários são tratados em ETE composta por tanque de equalização de esgoto bruto (que recebe o efluente sanitário bruto gerado no empreendimento), reator biológico aeróbio, decantador, tanque de reuso, leito de secagem de lodo. Parte do efluente tratado é utilizado para irrigação de jardins.

- **Resíduos Sólidos:** A maioria dos resíduos gerados no empreendimento são não perigosos (classe II). Há uma pequena quantidade de resíduos oleosos e lâmpadas fluorescentes (perigoso classe I). A taxa média de geração mensal é apresentada na Tabela 2.

**Tabela 02:** Tipos e taxa de geração média de resíduos sólidos do empreendimento Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.

RESÍDUO	CLASSE	GERAÇÃO	DESTINAÇÃO
Restos de refeitório	II	30kg/mês	Coleta Municipal de Varginha
Resíduos de madeira	II	10kg/mês	Reciclagem Cruzifer
Poeira proveniente da movimentação do café	II	150kg/mês	Coleta Municipal de Varginha
Lâmpadas	I	4 unidades/mês	Pró-Ambiental
Óleos e materiais impregnados	I	-	Proluminas, Pró-Ambiental
Frascos de plásticos	II	15kg/mês	Reciclagem Cruzifer



Lixo tipo doméstico	II	600kg/mês	Coleta Municipal de Varginha
Embalagens velhas e não utilizadas ("big bags" e sacarias)	II	15kg/mês	Reciclagem Cruzifer
Sucatas metálicas	II	30kg/mês	Reciclagem Cruzifer

**Medidas mitigadoras:** O empreendimento conta com separação de resíduos e depósito temporário, havendo destinação adequada quanto ao tipo de resíduos sólido. O gerenciamento dos resíduos sólidos figura como **condicionante** da presente licença.

- **Emissões atmosféricas e ruídos:** As emissões do empreendimento são caracterizadas pela poeira da movimentação do café, na descarga e durante o processo de beneficiamento. Os ruídos são emitidos pelo funcionamento dos equipamentos de beneficiamento de café.

**Medidas mitigadoras:** Há filtros nos equipamentos que beneficiam o café e utilização de máscaras e protetores auriculares (EPI) pelos colaboradores. As emissões atmosféricas e ruídos ocorrem apenas internamente no empreendimento caracterizando maior influência nas condições laborais, sendo seu impacto no ambiente de entorno, insignificante. Foi apresentado PPRA.

## 9. Compensações

Devido à natureza das atividades do empreendimento Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda., ao local onde está implantado e inexistência de supressão de vegetação nativa em estágio médio e avançado de regeneração, não há a incidência de compensação do SNUC, florestal, e Mata Atlântica. Também não incide compensação da intervenção em área de preservação permanente.

## 8. Controle Processual

Este processo contém um requerimento de licença de operação corretiva – LOC, para as atividades **“Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação e Base de armazenamento e distribuição de gás liquefeito de petróleo – GLP** e listadas na Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 9 de setembro de 2004, sob os códigos **G-04-01-4** e **F-02-06-2**, que será submetido decisão do Superintendente Regional de Meio Ambiente.

O FCE foi assinado por representante legal da empresa (fls. 11/13).

O empreendedor comprova a publicação do pedido de Licença de Operação Corretiva em periódico local, conforme determina a Deliberação Normativa COPAM nº 13/95; (fls. 23)

O processo de regularização ambiental, por intermédio do licenciamento, tem início, se for preventivo, com a análise da licença prévia – LP, seguida pela licença de instalação - LI e licença de operação – LO.

Quando o licenciamento é corretivo e a fase é de operação, deve-se ter em mente que estão em análise as três fases do licenciamento, as que foram suprimidas, neste caso a LP e a LI e a fase atual do empreendimento, que está em operação.



Esta é a orientação constante no parágrafo 2º do artigo 14 do Decreto Estadual nº. 44.844/2008, segundo o qual a demonstração da viabilidade ambiental dependerá de análise dos projetos e estudos exigíveis para a obtenção das licenças anteriores;

“Art. 14. O empreendimento ou atividade instalado, em instalação ou em **operação**, sem a licença ambiental pertinente deverá regularizar-se obtendo LI ou **LO, em caráter corretivo**, mediante a comprovação de viabilidade ambiental do empreendimento.

§ 1º (...)

§ 2º A demonstração da viabilidade ambiental do empreendimento dependerá de análise pelo órgão ambiental competente dos documentos, projetos e **estudos exigíveis para a obtenção das licenças anteriores**, ou quando for o caso, AAF. “

Passa-se, portanto, à verificação das condições para a aprovação da viabilidade ambiental de cada uma das fases que estão compreendidas neste processo e, sendo assim, a verificação da viabilidade ambiental abrange desde a localização da empresa, ou seja, se a sua localização está fora de área destinada à conservação ambiental, se estão instaladas as medidas de controle ambiental para diminuir, mitigar os impactos negativos que a atividade ocasiona no meio ambiente, as quais se constituem em condição para se aferir se a empresa está dotada de capacidade para operar.

A licença prévia aprova a localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes, a serem atendidas nas próximas fases, de sua implementação, de acordo com o inciso I, art. 8º da Resolução CONAMA Nº. 237/97.

A viabilidade ambiental na fase de licença prévia se constitui na viabilidade locacional, ou seja, verifica-se se a empresa está em local permitido, propício ao desenvolvimento da sua atividade; se não existe impedimento quanto a sua localização como: estar localizada em área de uso restrito, destinada à conservação da natureza ou de interesse ambiental que possam inviabilizar a localização.

No FCEI foi informado que o empreendimento não se encontra localizado dentro de Unidade de Conservação.

Foi informado, outrossim, no FCE, item 4.4 que o Empreendimento encontra-se em área urbana do município de Varginha - MG. Foi apresentada então, a declaração da Prefeitura Municipal (fl.17) atestando que a empresa está de acordo com as normas e regulamentos administrativos do município. Sendo assim as informações mostram que não há nenhum impedimento que inviabilize a localização do Empreendimento.

Passa-se para a análise da licença de instalação;

Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental



e demais condicionantes, de acordo com a previsão do inciso II do artigo 8º da Resolução CONAMA Nº237/97; Uma vez que se trata de empresa em fase de operação a instalação já ocorreu.

Passa-se para a análise da operação da empresa.

A licença de operação em caráter corretivo autoriza a operação da atividade, desde que demonstrada a viabilidade ambiental:

Estabelece o artigo 14 do Decreto Estadual nº44.844/08 que:

“Art. 14. O empreendimento ou atividade instalado, em instalação ou em operação, sem a licença ambiental pertinente deverá regularizar-se obtendo LI ou LO, em caráter corretivo, mediante a comprovação de viabilidade ambiental do empreendimento.”

No item 6 acima foram explicitados os impactos ambientais negativos ocasionados pela operação da empresa.

Pelo que consta no r. item a viabilidade ambiental, cuja verificação é condição para a obtenção da Licença pleiteada, foi demonstrada, tendo em vista as medidas de controle explicitadas.

Realizada consulta no Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM, foi gerada a CERTIDÃO Nº **1393969/2017**, com a qual se verifica a inexistência de débito de natureza ambiental com trânsito administrativo. Também foi verificado junto ao NAI – Núcleo de Auto de Infração da SUPRAM, em gerência ao Sistema CAP, que não há autos de infração transitados em julgado que demonstrem débito de natureza ambiental.

A fim de extirpar qualquer dúvida, importante informar que há um auto de infração cadastrado junto ao CAP, cuja defesa apresentada encontra-se pendente de análise, razão pela qual ainda não operou-se o trânsito em julgado, não impondo óbice, destarte, à análise e decisão do processo pelo Superintendente Regional.

No que se refere ao Cadastro Técnico Federal, foi possível verificar que o empreendimento possui a inscrição sob o número 5752710, com certificado de regularidade válido até Fev/2018.

A taxa de indenização dos custos de análise do processo foi recolhida conforme previsto na Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM nº 2.125, de 28 de Julho de 2014, que estabelece os critérios de cálculo dos custos para análise de processos de Regularização Ambiental e dá outras providências.

Operar atividade potencialmente poluidora do meio ambiente sem licença de operação é infração administrativa prevista no Decreto Estadual nº44.844/08 e, portanto, a empresa foi autuada.

Conforme Decreto Nº 47.137, de 24 de Janeiro de 2017 que altera o Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, e estabelece normas para licenciamento ambiental, a validade da Licença deverá ser de **10 (dez) anos**.

**DE ACORDO COM PREVISÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº 44.844/2008, EM SEU ANEXO I, CÓDIGO 124, CONFIGURA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA GRAVÍSSIMA DEIXAR DE COMUNICAR A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES COM DANOS AMBIENTAIS ÀS AUTORIDADES**





**AMBIENTAIS COMPETENTES. NO CASO DE ACIDENTE ENTRE EM CONTATO COM O (NEA SISEMA) (31) 98223947 e (31) 9825-3947.**

## 9. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas sugere o deferimento da Licença de Operação em Caráter Corretivo – LOC, para o empreendimento Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda. de Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda. para as atividades “Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação” e “Base de armazenamento e distribuição de gás liquefeito de petróleo – GLP”, no município de Varginha, MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Superintendente Regional de Meio Ambiente.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Sul de Minas, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

*Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.*

## 10. Anexos

**Anexo I.** Condicionantes para Licença de Operação em Caráter Corretivo (LOC) de Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.

**Anexo II.** Programa de Automonitoramento do empreendimento Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.

**Anexo III.** Relatório Fotográfico do empreendimento Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença de Operação em Caráter Corretivo de Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.

**Empreendedor:** Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.  
**Empreendimento:** Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.  
**CNPJ:** 17.370.354/0008-05  
**Município:** Varginha – MG  
**Atividades:** “Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação”; “Base de armazenamento e distribuição de gás liquefeito de petróleo – GLP”  
**Códigos DN 74/04:** “G-04-01-4”; “F-02-06-2”  
**Processo:** 19424/2011/003/2017  
**Validade:** 10 anos **Referência:** Condicionantes da LOC

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento dos parâmetros estabelecidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença.
02	Apresentar cópia do protocolo do PCIP.	60 dias após concessão da Licença.

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento do empreendimento Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.

**Empreendedor:** Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.  
**Empreendimento:** Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.  
**CNPJ:** 17.370.354/0008-05  
**Município:** Varginha – MG  
**Atividades:** “Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação”; “Base de armazenamento e distribuição de gás liquefeito de petróleo – GLP”  
**Códigos DN 74/04:** “G-04-01-4”; “F-02-06-2”  
**Processo:** 19424/2011/003/2017  
**Validade:** 10 anos **Referência:** Automonitoramento LOC

#### 1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada e saída dos sistemas de tratamento de efluentes sanitários.	pH, sólidos sedimentáveis, sólidos em suspensão DBO <sub>5</sub> *, DQO*, óleos vegetais e gorduras animais e detergentes.	1 vez a cada dois meses (Bimestral)
Entrada e saída da caixa SAO.	Sólidos sedimentáveis, sólidos em suspensão, óleos e graxas e, detergente.	1 vez a cada dois meses (Bimestral)

\*O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO, DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

**Relatórios:** Enviar até o último dia do mês subsequente à 6ª análise, a SUPRAM-SM os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 167/2011 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.



## 2. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar, **anualmente**, à SUPRAM-SM, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(\*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(\*\*) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à SUPRAM-SM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.



### ANEXO III

#### Relatório Fotográfico do empreendimento Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.

**Empreendedor:** Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.

**Empreendimento:** Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda.

**CNPJ:** 17.370.354/0008-05

**Município:** Varginha – MG

**Atividades:** “Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação”; “Base de armazenamento e distribuição de gás liquefeito de petróleo – GLP”

**Códigos DN 74/04:** “G-04-01-4”; “F-02-06-2”

**Processo:** 19424/2011/003/2017

**Validade:** 10 anos



**Foto 01.** Peneiras para classificação do café.



**Foto 02.** Embalagem do café classificado para armazenamento.



**Foto 03.** Caixa SAO na área de pequenas manutenções.



**Foto 04.** ETE para tratamento dos efluentes gerados no empreendimento.